

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DO PORTAL VERTENTES

Vigência: 01/01/2026

Esta Política explica como **VERTENTES CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**, CNPJ 11.162.810/0001-60, (“Vertentes”), trata dados pessoais no site institucional, no sistema autenticado, nos portais públicos e no portal de clientes disponíveis em <https://vcaj.com.br> e em domínios vinculados.

1 A quem esta Política se aplica

Esta Política abrange:

- visitantes do site e dos portais públicos;
- usuários internos de organizações clientes;
- clientes, partes, representantes, credores e outros usuários externos;
- pessoas cujos dados são inseridos em casos, documentos, cálculos, tarefas, relações de credores e cadastros; e
- pessoas que entram em contato com a Vertentes.

2 Quem decide sobre o tratamento

O papel da Vertentes depende do contexto:

2.1 Vertentes como controladora

A Vertentes decide sobre o tratamento necessário para gerir contas globais, autenticação, segurança, prevenção a fraudes, suporte, contratação, faturamento, comunicações próprias, auditoria global e funcionamento do site institucional. Nesses casos, é controladora dos dados.

2.2 Administradora como controladora e Vertentes como operadora

Cada Administradora decide por que e como cadastra e utiliza dados de seus clientes, partes, representantes, profissionais, credores e demais terceiros. Nesses casos, a Administradora é, em regra, controladora, e a Vertentes atua como operadora, tratando dados conforme instruções lícitas, o contrato comercial e o contrato de tratamento de dados aplicável.

Pedidos sobre conteúdo de casos, documentos, divulgação pública, portal do cliente ou cadastro mantido por uma Administradora devem ser dirigidos primeiramente a ela. Nos portais externos, a Administradora controladora e seu canal de privacidade devem ser identificados de forma acessível ao titular. A Vertentes cooperará com a Administradora dentro de suas atribuições.

Em situações específicas, as partes poderão ter papéis diferentes dos descritos acima, conforme a finalidade e as decisões efetivamente tomadas em cada tratamento.

3 Dados tratados, finalidades e bases legais

As categorias efetivamente usadas dependem das funcionalidades habilitadas.

Contexto	Dados pessoais	Finalidades principais	Bases legais usuais
Conta e acesso interno	dados de identificação e contato profissional, credenciais protegidas, vínculo com a Administradora, permissões e preferências de uso	criar a conta, autenticar, autorizar acessos, personalizar a interface e prestar o serviço	execução de contrato ou procedimentos preliminares; legítimo interesse; cumprimento de obrigação legal
Segurança e auditoria	dados técnicos de acesso e navegação, identificadores de usuário, registros de ações e metadados de segurança	proteger contas e dados, investigar falhas, prevenir fraude, comprovar operações e exercer direitos	legítimo interesse; cumprimento de obrigação legal ou regulatória; exercício regular de direitos
Alteração e recuperação de conta	dados de contato, dados técnicos de acesso e registros da solicitação; tokens são armazenados protegidos quando aplicável	confirmar identidade, alterar e-mail, redefinir acesso e avisar o titular	execução de contrato; legítimo interesse; prevenção à fraude
Cadastros de pessoas	dados de identificação, documentos, qualificação profissional, contatos, endereços, vínculos, representação e anotações	organizar pessoas e qualificações profissionais, relacioná-las a casos, documentos, tarefas e comunicações	definida pela Administradora controladora, podendo incluir execução de contrato, obrigação legal, exercício regular de direitos, legítimo interesse e outras hipóteses dos arts. 7º e 11 da LGPD

Contexto	Dados pessoais	Finalidades principais	Bases legais usuais
Casos e atividade profissional	dados de pessoas relacionadas ao caso, informações processuais ou administrativas, dados financeiros, registros de atividades e histórico	administrar casos judiciais ou extrajudiciais, atividades profissionais e portais informativos	definida pela Administradora; em especial exercício regular de direitos, cumprimento de obrigação legal ou regulatória e execução de contrato
Documentos, cálculos e relatórios	arquivos e respectivos conteúdos, dados de autoria e versão, dados financeiros, resultados e metadados	armazenar e organizar documentos, elaborar cálculos e relatórios, preservar versões e disponibilizar conteúdo autorizado	definida pela Administradora conforme a finalidade do caso e do serviço
Portal externo	dados de identificação e contato, dados de autenticação ou autorização, preferências e os conteúdos liberados pela Administradora	identificar a pessoa, emitir e validar link de acesso, apresentar conteúdo autorizado e enviar resumos	definida pela Administradora; execução de contrato ou procedimentos solicitados; exercício regular de direitos; legítimo interesse, conforme o caso
Portais públicos e CMS	dados de identificação e imagem, contatos, conteúdos institucionais e dados deliberadamente publicados	prestar informação institucional, dar publicidade a atos e manter portais de transparência	Lei 11.101/2005, cumprimento de obrigação legal ou regulatória; execução de políticas ou atribuições aplicáveis; exercício regular de direitos; legítimo interesse; consentimento, conforme o caso
Atendimento e comunicações	dados de identificação e contato, vínculo profissional, conteúdo da solicitação	responder solicitações, prestar suporte e enviar comunicações transacionais	execução de contrato ou procedimentos preliminares; legítimo interesse

Contexto	Dados pessoais	Finalidades principais	Bases legais usuais
	tação e histórico de atendimento		resse; cumprimento de obrigação legal
Integração Google Drive	dados da conta Google, identificadores e metadados de arquivos e pastas, credencial OAuth protegida e conteúdos movimentados por solicitação	conectar a conta, organizar, importar, gerar, baixar, substituir e excluir da lixeira arquivos conforme comandos autorizados	execução de contrato; base definida pela Administradora para o conteúdo armazenado
E-mail, WhatsApp Web e calendário	dados de contato de destinatários, registros de preparo ou envio, preferências e campos de eventos selecionados	enviar notificações, preparar mensagens e permitir sincronização de agenda	execução de contrato; legítimo interesse; base definida pela Administradora

A Vertentes não presume que o consentimento seja a base legal de todo tratamento. Quando o consentimento for efetivamente necessário, ele será solicitado de forma destacada e poderá ser revogado, sem afetar tratamentos anteriores nem aqueles sustentados por outra base legal.

As bases legais concretamente adotadas para tratamentos realizados em nome de uma Administradora devem constar de seus registros de operações de tratamento e da documentação contratual aplicável. A listagem acima não substitui essa definição.

4 Dados pessoais sensíveis e dados de crianças e adolescentes

O Portal é usado em contextos jurídicos, contábeis e administrativos. Por isso, documentos ou registros inseridos pela Administradora podem conter dados sensíveis, como informações de saúde, biometria, filiação sindical, origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política ou vida sexual, além de dados de crianças e adolescentes.

A Vertentes não solicita essas informações para criar uma conta comum. Quando elas forem inseridas no ambiente de uma Administradora, caberá à controladora limitar o tratamento ao necessário, definir base legal adequada, configurar permissões e observar o melhor interesse de crianças e adolescentes. A Vertentes aplicará as medidas contratuais e de segurança cabíveis como operadora.

5 Origem dos dados

Os dados podem ser:

- fornecidos pelo próprio titular;
- inseridos por usuários autorizados da Administradora;
- importados de sistemas ou arquivos indicados pela Administradora;
- obtidos de processos, tribunais, órgãos públicos ou fontes legitimamente acessadas pela controladora;
- recebidos do Google durante a autorização e o uso da integração; ou
- gerados automaticamente pelo uso do Portal, como registros de acesso, auditoria e segurança.

6 Cookies, armazenamento local e registros de acesso

O Portal usa cookies estritamente necessários para sessão, autenticação, proteção contra falsificação de requisições e preferências técnicas. Sem eles, áreas restritas e algumas funções não operam corretamente. Esses cookies não dependem de consentimento, pois são necessários para fornecer o serviço solicitado e proteger o Portal.

O Portal não utiliza cookies de publicidade, perfilamento comportamental ou ferramentas de análise de terceiros. Caso isso mude, esta Política será atualizada e os cookies não essenciais somente serão ativados após a escolha prévia do usuário, quando exigida pela legislação.

O servidor também registra informações técnicas necessárias à segurança, auditoria e operação. Nos termos do Marco Civil da Internet, os registros de acesso a aplicações de internet são mantidos sob sigilo, em ambiente controlado e seguro, pelo prazo legal aplicável.

7 Compartilhamento

Dados podem ser compartilhados, no limite necessário, com:

- a Administradora controladora e usuários por ela autorizados;
- Hostinger International Ltd., como provedora da infraestrutura de hospedagem do Portal, no limite necessário à sua operação. Os dados são armazenados em servidor no Brasil;
- Google, quando a Administradora ativa a integração;
- aplicativos de calendário escolhidos pelo usuário, quando ele utiliza feed ou arquivo de calendário;
- Meta/WhatsApp, somente quando o usuário decide abrir o WhatsApp para concluir o envio da mensagem preparada;
- consultores profissionais sujeitos a dever de confidencialidade; e

- autoridades públicas, tribunais ou terceiros, quando necessário para cumprir obrigação legal, ordem válida ou exercer direitos.

A Vertentes não vende dados pessoais nem compartilha dados para publicidade comportamental de terceiros. Atualmente, a Hostinger é a única provedora de infraestrutura de hospedagem utilizada pela Vertentes.

Usuários externos veem apenas o conteúdo liberado pela Administradora e sujeito às regras de autorização e sigilo configuradas. Conteúdo publicado em portal público pode ser indexado, copiado e reutilizado por terceiros fora do controle da Vertentes; por isso, a decisão de publicação exige conferência prévia da controladora.

8 Transferência internacional

Os dados do Portal são armazenados em servidor localizado no Brasil. Ainda assim, o uso de fornecedores globais, especialmente Google quando a integração é ativada pela Administradora, pode envolver tratamento ou acesso a dados fora do Brasil. A Vertentes e a Administradora, conforme seus papéis, deverão verificar a hipótese legal e adotar mecanismo válido previsto nos arts. 33 a 36 da LGPD e na Resolução CD/ANPD n. 19/2024. Quando a transferência se basear em cláusulas contratuais, as cláusulas-padrão contratuais aprovadas pela ANPD deverão ser incorporadas ao instrumento aplicável, salvo outro mecanismo legalmente cabível.

As informações sobre a provedora de hospedagem atualmente utilizada pela Vertentes constam na seção 7 desta Política. Se a Vertentes passar a utilizar outro fornecedor que realize tratamento de dados pessoais ou se houver alteração relevante no país, região ou mecanismo da transferência internacional, esta Política será atualizada antes de a alteração produzir efeitos, quando aplicável.

9 Segurança

A Vertentes adota medidas técnicas e administrativas proporcionais aos riscos, entre elas:

- conexão HTTPS e cookies de produção marcados como seguros;
- controle de acesso por usuário, Administradora, grupo e permissão;
- segregação lógica dos ambientes das Administradoras;
- expiração de sessão por inatividade;
- limitação de tentativas de login e registros de auditoria;
- tokens de acesso e confirmação armazenados em hash quando tecnicamente aplicável;
- credencial de integração com Google Drive armazenada cifrada e revogável;
- revalidação de autorização antes de acessos e downloads; e
- cópias de segurança e procedimentos operacionais restritos.

Nenhum sistema é absolutamente seguro. Usuários devem proteger suas credenciais e comunicar suspeitas imediatamente. Incidentes que possam causar risco ou dano relevante serão avaliados e comunicados pelo controlador à ANPD e aos titulares nos prazos legais aplicáveis. Quando atuar como operadora, a Vertentes comunicará a Administradora controladora sem demora indevida, nos termos do contrato de tratamento de dados.

10 Retenção e eliminação

Os dados são mantidos enquanto necessários às finalidades e, depois, eliminados, anonimizados ou conservados nas hipóteses permitidas pela legislação, como cumprimento de obrigação legal ou regulatória, exercício regular de direitos e atendimento a ordens de autoridade competente.

Critérios atuais:

- registros de acesso à aplicação: pelo prazo legal de 6 meses, sem prejuízo de conservação por período maior quando houver hipótese legal aplicável;
- eventos de auditoria vinculados à Administradora: pelo prazo configurado por ela, com padrão atual de 180 dias;
- solicitações e registros de segurança: pelo tempo necessário à prevenção de fraude, prestação de contas e exercício regular de direitos;
- conta e dados contratuais: durante a relação e pelos prazos legais ou prescricionais aplicáveis;
- dados e conteúdos da Administradora: durante o contrato, ressalvadas retenções legais e cópias de segurança;
- arquivos no Google Drive, quando a integração for ativada: seguem a política da conta da Administradora e não são eliminados automaticamente pelo encerramento do Vertentes; e
- registro de incidente de segurança com dados pessoais: 5 anos.

Cópias de segurança podem permanecer isoladas até o ciclo regular de sobre-crita mensal sem reutilização para outras finalidades.

11 Direitos do titular

Nos termos da LGPD, o titular pode solicitar, conforme aplicável:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade;
- portabilidade;
- informação sobre compartilhamentos;

- informação sobre a possibilidade de negar consentimento e suas consequências;
- revogação do consentimento e eliminação dos dados tratados com base nele, ressalvadas as hipóteses de conservação;
- oposição a tratamento realizado em desconformidade; e
- revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado que afetem seus interesses, quando houver.

Para proteger o titular, a Vertentes ou a Administradora poderá solicitar informações razoáveis para confirmar identidade e legitimidade. O atendimento é gratuito e observará os prazos legais. Alguns pedidos poderão ser limitados por obrigação de conservação, segredo de justiça, sigilo profissional, direito de terceiros ou necessidade de exercício regular de direitos; nesse caso, o motivo será informado quando possível. O Portal não condiciona o exercício dos direitos do titular à aceitação desta Política ou ao fornecimento de dados além dos razoavelmente necessários para confirmar identidade e legitimidade.

Quando a Vertentes atuar como operadora, o pedido será encaminhado à Administradora controladora.

12 Decisões automatizadas

O Portal automatiza cálculos, organização, filtros, permissões, alertas e geração de documentos conforme dados e parâmetros fornecidos. Essas rotinas são ferramentas de apoio e não devem substituir decisão profissional humana.

13 Encarregado e canais de contato

Solicitações relacionadas a tratamentos em que a Vertentes é controladora podem ser enviadas a:

- Encarregado pelo tratamento de dados pessoais: Wagner Ferreira da Silva, contador e advogado, CRC/MG n. 77.689, OAB/MG n. 252.774
- Contato do encarregado: wfs@vcaj.com.br | telefone: (37) 99918-1608
- Controladora: VERTENTES CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA., CNPJ 11.162.810/0001-60
- Endereço: Rua José dos Santos Filho, n. 320, São João del-Rei, MG, CEP 36305-328.

Para dados mantidos por uma Administradora, consulte também os contatos exibidos no portal dela. Se a organização estiver dispensada de indicar encarregado nos termos da regulamentação aplicável, o canal acima continuará disponível para os titulares.

Caso não seja possível resolver a solicitação diretamente, o titular pode apresentar petição à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e recorrer aos demais órgãos competentes.

14 Alterações desta Política

Esta Política poderá ser atualizada para refletir mudanças legais, técnicas ou operacionais. A versão vigente, a data e o histórico relevante serão disponibilizados no Portal. Mudanças materiais serão comunicadas por meio razoável e, quando necessário, será solicitado novo consentimento ou aceite.

15 Legislação de referência

Esta Política observa:

- Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- Lei n. 12.965/2014 e Decreto n. 8.771/2016 - Marco Civil da Internet;
- Resolução CD/ANPD n. 15/2024 - comunicação de incidentes de segurança;
- Resolução CD/ANPD n. 18/2024 - atuação do encarregado; e
- Resolução CD/ANPD n. 19/2024 - transferência internacional de dados.